

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 13 de dezembro de 2021

Ata 18/2021

Na data acima citada, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se ordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da webconferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Adriel Menezes Santos, Alex Sander Moreira, Alexandre Pitol Boeira, Alissandra Hampel, Ana Paula Nogueira e Silva, Ângela Marques, Antônio Carlos Silveira Júnior, Bruna Rafaela Boch, Claudia dos Santos Cláudio, Cláudia Redecker Schwabe, Cleber Vargas Islabão, Cyro Castro Junior, Daniela da Rosa Curcio, Daniella Schulz, Daviline Caldasso da Silva, Denise Perez Lacerda, Eloisa Maria Wiebusch, Elton Luiz Pedroso, Emily da Costa Pinto Fujii, Endrigo Lima, Erik Abreu, Evandro Fernandes, Fábio Roberto Moraes Lemes, Felipe Monteblando, Francilon Lima Simões, Gabriele Lais Mandler, Gabrielli Quadrado, Geovane Griesang, Guilherme da Silva Aguiar, Helena Miranda da Silva Araújo, Isabela Pieniz Eidelwein, Janaína Corneli, Jeferson Fernando de Souza Wolff, João Abadi Soares Prietsch, John Anderson Lopes da Costa, Josiela Silveira Cavalheiro, Juliana Pereira, Júlio Korzekwa, Kellen Ludtke Bierhals, Laerte Karnopp, Lauro Luis Borges Junior, Leandro Einhardt, Magda Santos dos Santos, Marcelo Felipe Saraiva Borba, Marcelo Kwecko, Marcio Estrela de Amorim, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Maria Clara Soares, Mauro Bacci Giusti, Michel Formentin de Oliveira, Miguel Ângelo Dinis, Miguel Pinto, Natali Farias Cardoso, Otávio Nunes Dias, Patrick Coelho Vieira, Paulo Wladimir Leite, Pedro Eula Marques, Rafael Bastos, Rodrigo Nascimento da Silva, Rosane Bom, Rubinei de Servi Ferraz, Valdir Boanova Júnior, Valter Fernandes, Veridiana Krolow Bosenbecker, Verônica Pasqualin Machado, Vinícius Martins, Vitor Gonçalves Dias. Justificaram a não participação Carlos Jesus Anghinoni Correa, Giulia Vieira, Marco Antônio Vaz, Max Lindoberto Gonçalves, Nídia Heringer, Rodrigo Dias, Tales Amorim, Tiaraju Andreazza. Participaram intérpretes de Libras Alexandra e Felipe. Dando início à reunião, o presidente **empossou os conselheiros** do câmpus Santana do Livramento, discentes suplentes do câmpus Pelotas, TAE titular do câmpus Lajedo e TAE suplente do Câmpus Charqueadas. Presidente falou sobre a ação civil pública pedindo o retorno das atividades presenciais de forma imediata e total em todos os câmpus. Explicou que a resposta foi enviada à AGU. O que está em questão é a antecipação de tutela, não o mérito e este pode levar muito tempo para ser julgado. Acredita que seja respeitada a autonomia da instituição pelo retorno gradual, conforme aprovado por este Conselho; havendo alguma alteração judicial todos serão informados. Ato contínuo, foram colocadas em votação **as atas 16 e 17, aprovadas**, como segue:

Aprovar atas 16 e 17:

Sim: 48

Não: 0

Abstenções:

2

Sobre o **acesso aos processos nos casos de denúncia de assédio e violência de gênero no IFSul**, o presidente lembrou que na reunião anterior estiveram presentes

representantes da Comissão de Ética explanando as ações realizadas. Após, o presidente reuniu-se com a Comissão, quando ouviu argumentos e ações; a decisão é que vamos continuar respeitando a análise e o trabalho que a Comissão de Ética vem realizando; solicitação de abertura de PAD neste caso é inviável por não haver enquadramento diante da Lei 8.112 art. 117. Isso não quer dizer que a instituição não tenha feito movimento no sentido de defender e trazer à discussão, para que esse tipo de situação seja combatido dentro do IFSul. A diretora Rosane Bom falou sobre o **andamento da política de prevenção, enfrentamento e erradicação de assédios e violências do IFSul**. Apresentou os objetivos e o cronograma de trabalho para 2022. Explicou que a DEPEI e o GT coordenam o trabalho e estão elaborando minuta que será enviada para todos os órgãos envolvidos e, posteriormente à comunidade acadêmica. Foram criadas três comissões: para a redação da política, de pesquisas e de ações educativas. Desde maio vem sendo realizadas lives para tratar de diversos temas, como violências, machismos, masculinidades. Realizado também Projeto Conexão NUGEDS: em conversas (des)construtivas, também com lives participativas sobre várias temáticas. Realizado o evento Diálogos sobre assédios e violências no IFSul; conversas com todos os câmpus e reitoria, no período de junho a agosto. As reuniões do GT são quinzenais. Salientou os desdobramentos da política: canal de acolhimento, manual, fortalecimento do NUCOR e construção de curso institucional para capacitação. Presidente e conselheiras/os manifestaram reconhecimento pelo trabalho que vem sendo realizado. Conselheira Josiela Cavalheiro lembrou que, às vezes, a resolução das questões não se dá nas instâncias formais, por isso é importante procurar as pessoas para obter um retorno mais rápido e direto. Conselheiro Valter Fernandes questionou sobre a demora da Comissão de Ética em dar resposta aos processos e sobre o desconhecimento dos fluxos. Presidente reforçou que a Comissão esteve na reunião passada prestando esses esclarecimentos. Explicou que o denunciante, sendo também vítima, pode ter acesso aos processos. No caso mencionado pelo conselheiro, disse haver enquadramento para o NUCOR. Conselheira Claudia Cláudio salientou que o assédio moral também deve ser denunciado ao NUGEDS. Conselheira Gisele Mandler defende que a Ouvidoria também deve participar e que é necessário ter um olhar mais humanizado nas situações de assédio. O auditor Laerte Karnopp falou sobre o **Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT**, para 2022. Explicou que a Auditoria é vinculada diretamente ao Consup; que o PAINT precisa ser submetido à CGU e posteriormente ao Conselho. Para 2022 o enfoque será dado às questões de governança, que vêm sendo bastante sublinhadas pela CGU e TCU. A transparência dos processos eletrônicos também tem sido cobrada e a gestão teve que construir Plano de Ação e apresentar ao TCU, com vistas a atender tal cobrança. A Auditoria decidiu incluir no PAINT o acompanhamento desse Plano de Ação. A escolha dos processos foi feita com base no IGG 2018, buscando o que havia nele e as estruturas existentes na instituição. Colocado em votação, o **PAINT 2022 foi aprovado**, como segue:

Aprovar PAINT

Sim: 45

Não: 0

Abstenções: 2

A representante do Codir - câmpus Bagé, Alissandra Hampel, abordou o **formato do processo seletivo 2022/1**, pedindo a sua revisão. Acredita não se justificar a manutenção da atual forma de ingresso, uma vez que há previsão de retorno à Fase 3

com atividades presenciais e houve concurso para docentes. Relatou que para os cursos superiores, a análise curricular usada para preenchimento das vagas remanescentes foi exitosa junto ao público local. Defendeu que além do ENEM seja aplicada prova da instituição ou redação. Para os integrados o sorteio foi danoso, pois estão com matrículas abertas desde outubro e ainda não conseguiram preencher vagas, propondo o retorno às provas presenciais. A forma atual é mais trabalhosa e não traz resultados em matrículas. O conselheiro Alexandre Pitol também se manifestou pela **suspensão de sorteio para processos seletivos**, ratificando a posição da conselheira. Salientou que o sorteio gerou muitas desistências e o processo precisa ser revisto com urgência. Conselheiro Fábio Lemes não é contrário aos posicionamentos anteriores, mas explicou que realizar processo seletivo presencial em fevereiro seria inviável para o câmpus, pelo número de candidatos. Considerando a aprovação pelo Conselho da atual forma, toda a comunidade foi informada e preparada para realização de sorteio. Conselheira Cláudia Schwabe relatou ter mesmas dificuldades dos conselheiros. Mencionou a discrepância entre decisão do Conselho Superior e Edital sobre aproveitamento de nota de qualquer ENEM, justificada pelo pró-reitor Rodrigo Nascimento em razão de o sistema utilizado só abarcar os três últimos resultados. Ratificou que não se fecha vagas apenas com ENEM; sorteio é processo muito excludente para pessoas interessadas nos cursos, mas de uma geração anterior ao ENEM. Necessário pensar outras formas para completar vagas. Conselheiro Antônio Silveira Jr. considera importante analisar distorções referentes à troca de processo seletivo. Sugeriu aproveitar este momento pandêmico para evoluir na discussão dos processos de ingresso, pois considera o vestibular uma forma de exclusão e o ideal seria as instituições se abrirem e ampliarem número de vagas. Sugere que análise cuidadosa e detalhada sobre as diferentes realidades de cada câmpus seria material rico para repensar os processos de acesso e inclusão para o futuro. Conselheiro Evandro Fernandes relatou que participou das comissões de reestruturação dos concursos públicos e processos seletivos; que já há propostas concluídas que virão para o Conselho após o término da pandemia; inclusive será inserida nas provas a área das ciências. Conselheiro Fábio Lemes salientou que para avaliar o efeito do sorteio seria preciso considerar a implantação do balcão digital, que criou um obstáculo, especialmente aos socialmente mais vulneráveis. Conselheiro Lauro Borges considera que o processo presencial não é o mais adequado para este momento e precisa ser discutido o que é política institucional e o que pode ser definido pelos câmpus; processo seletivo deve ser institucional. Conselheira Claudia Cláudio defendeu o sorteio pensando nas oportunidades para quem vem do ensino público. Conselheiro Francilon Simões defende o processo seletivo de forma unificada. Pró-reitor Rodrigo Nascimento lembrou o quanto foi custoso colocar no sistema o atual modelo, pois o IFRN não deu assessoria na implantação do Sistema Gestor de Concursos – SGC. Ressaltou que a implantação hoje faz a inscrição de todos os candidatos, que têm a migração para o SUAP. Desde janeiro 2021, graças ao SGC, a instituição tem todos os dados dos alunos, porque o sistema pergunta tudo. Como o sistema só apropria os 3 últimos anos de ENEM, a instituição está trabalhando no sentido de ampliar essa abrangência. Informou que, em função dos calendários diferenciados dos câmpus, foram feitos muitos processos seletivos este ano. Disse haver dados opostos em relação ao sorteio e também ao interesse dos alunos pelos cursos e isso deve ser considerado. Sempre que num processo seletivo a relação candidato/vaga é menor que um é necessário encaminhar à CGU proposta de plano de ação justificando porque a relação

está baixa, qual a demanda do curso no mundo do trabalho e qual a viabilidade de mantê-lo. Por isso é importante que os câmpus divulguem ao máximo os processos seletivos. Lembrou que há portaria do MEC dizendo que o candidato entra pelo ENEM ou faz prova de redação e estamos usando a avaliação das notas do ensino médio, por parecer próprio da PROEN e qualquer câmpus pode solicitar essa modalidade de seleção. Câmara de Ensino pediu que se dividisse o processo seletivo de dezembro, priorizando em dezembro o processo para os cursos técnicos e algumas graduações, deixando para fevereiro a outra parte do processo seletivo, por estarmos esperando as notas do ENEM. Esse sistema já foi adotado e será usado no próximo processo. Não há possibilidade de alterar a modalidade neste momento e deverá ser mantido conforme já aprovado pelo Conselho. Ratificou que o trabalho da comissão está concluído, apenas no aguardo do momento correto para ser discutido pela Câmara de Ensino, Codir e Consup. Explicou que no início dos trabalhos da comissão houve consulta aos câmpus, que na maioria, manifestaram-se favoráveis à manutenção do modelo de prova no processo seletivo. Presidente lembrou que o Conselho decidiu manter até o primeiro semestre deste ano o sistema adotado no início da pandemia; podemos continuar discutindo os melhores caminhos a seguir, mas organizar um processo seletivo não é fácil, precisa cinco, seis meses. Antes da pandemia, havia dois processos anuais, e todos câmpus os realizavam no mesmo dia. Isso deve ser respeitado quando voltarmos a ter provas presenciais para seleção. Considera não ser possível avaliar o sorteio nesse período de pandemia e é precipitado responsabilizá-lo pelo baixo número de inscrições. Informou dado preocupante para a instituição: ontem terminaram inscrições para vinte e quatro cursos em nove câmpus e apenas dois cursos tiveram relação um ou um pouco maior por vaga, talvez motivo seja a pandemia. Defende fazer um pensar mais alicerçado em dados para novas discussões. Encaminhou no sentido de que a Proen discuta o assunto na Câmara de Ensino e, na primeira reunião ordinária do próximo ano, apresente uma visão analítica de todo esses processos que aconteceram ao longo da pandemia e, a partir dessa reunião se faça uma definição porque se for pelo retorno da prova no próximo semestre, esta deve ocorrer, no máximo, até março, para que possa ser organizada. O pró-reitor Rodrigo Nascimento apresentou as propostas de **apreciação dos calendários letivos** referentes ao curso de Eletroeletrônica e Eletrotécnica 2020 do Câmpus Sapiranga, 2021 do CaVG e 2022 do Câmpus Santana do Livramento. Colocados em votação, foram **aprovados**, como segue:

Aprovar calendários letivos

Sim: 47

Não: 0

Abstenções: 1

A seguir, foi apresentada a proposta de **alteração do nome do curso Técnico em Informática para curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e a reformulação do respectivo PPC**, do Câmpus Sapucaia do Sul. Sem considerações, foi **aprovada** pelos conselheiros, como segue:

Aprova alteração do nome do curso e PPC

Sim: 46

Não: 1

Abstenções: 1

Representantes do Comitê, Ana Paula Silva e Dr. Cyro Castro Junior, falaram sobre o **Parecer Técnico Covid-19**, elaborado com dados atualizados até 30 de novembro.

Informado que em torno de 75% da população brasileira já vacinada. Negativo, em fins de novembro, a aparição da variante ômicron. 3ª dose garante 75% de prevenção; variante de fácil disseminação, mas sintomas mais leves. Devem ser mantidos os cuidados básicos e os protocolos. Os grupos de risco e portadores de comorbidades devem manter os mesmos cuidados tidos com as demais variantes. Colocado em votação o parecer, foi **aprovado**, como segue:

Aprovar Parecer

Sim: 47

Não: 0

Abstenções: 0

A diretora Ana Paula Silva apresentou a proposta de atualização do **Plano de Contingência do IFSul**, elaborado e atualizado com as últimas referências de pareceres técnicos e do entendimento do Comitê, prevendo protocolos até a implantação da Fase 3. Conselheiro Jeferson Wolff gostaria de discutir o distanciamento na Fase 3 e a obrigatoriedade da medição de temperatura. Sobre o distanciamento, o conselheiro propôs a redução para 1 metro de afastamento, com avaliação da COE-E local. Diretora Ana Paula Silva explicou que o distanciamento previsto de 1,22m entre as pessoas respeita resolução técnica do Corpo de Bombeiros que orienta os PPCIs. Necessário diferenciar distanciamento entre pessoas e limite de ocupação. Dr. Cyro Castro Jr lembrou que 1,22 m representa 1,5 m² por aluno, e isso impacta em aumentar tamanho de portas, saída. Conselheiro Marcos Betemps solicitou que o anexo C também fosse identificado no item 4.1. Conselheiro Jeferson Wolff disse que o planejamento das salas do câmpus não foi feito seguindo essa regra. Ana Paula Silva entende que na Fase 3 devem ser mantidas medidas restritivas para garantir a saúde da comunidade acadêmica. Representante do câmpus Sapiranga, Juliana Pereira, disse entender não ser momento adequado para colocar em prática certas regras, como o próprio PPCI. Se a regra for flexibilizar e colocar mais alunos na sala de aula, será preciso ver formas mais coerentes do que a definição desse distanciamento. Conselheiro Daniela Curcio considera delicada a situação de descumprir o PPCI. Conselheiro Jeferson Wolff explicou que pela capacidade da sala, o distanciamento de 1m não afetaria o disposto no PPCI. Diretor Michel Oliveira salientou que ainda é momento de manter algumas restrições para a ocupação dos espaços, como o limite de 2,25m² ocupado por pessoa, que corresponde a 1,5m de distância entre as pessoas, chegando ao mínimo de 1,22m. Para cálculo de população foi usada a NBR 90/77 e a Resolução técnica dos bombeiros nº 11. A redução de 1,22 implicaria aumentar vão das portas, sentido de abertura e ainda estaríamos indo contra o estabelecido no PPCI. Conselheiro Jeferson Wolff defende que 1m não vai ser superior ao teto de ocupação. Conselheiro Marcos Betemps lembrou que a taxa de ocupação é diferente do distanciamento entre as pessoas, que é uma garantia a mais. Dr. Cyro Castro Jr. salientou que 1m de distância permite contato físico entre as pessoas, o que não é o ideal neste momento. Colocadas em votação as duas propostas, a primeira, manter a proposta do Comitê; a segunda, do Câmpus Charqueadas, a **manutenção da proposta do Comitê foi aprovada**, como segue:

Distanciamento entre as pessoas

Proposta Comitê: 27

Proposta Charqueadas: 20

Abstenções: 1

Conselheiro Fábio Lemes falou sobre o teto de ocupação, que as regras não podem ser vistas de maneira isolada, existe um conjunto de outros elementos, por exemplo, nem toda sala pode ser usada pela falta de ventilação cruzada. Pela IN 90 muitos servidores não estarão presencialmente no câmpus, o que se estende aos estudantes. Há também questões pedagógicas; considera que alterar um pouco a margem da taxa de ocupação evitaria o revezamento em situação que fosse para atender, por exemplo, um único estudante. Diretor Michel Oliveira lembrou que os câmpus devem reorganizar as situações de acordo com tamanho de salas e número de alunos. Colocadas em votação as propostas do Comitê: 2,25m² e **do Câmpus Sapucaia do Sul: 1,50m²**, esta foi **aprovada**, como segue:

Comitê 2,25m²: 14

Sapucaia do Sul 1.50m²: 31

Abstenções: 1

Conselheiro Fábio Lemes lembrou que laboratórios de informática superaquecem, impossibilitando o uso de computadores sem de equipamentos de refrigeração ligados, por isso devem ser incluídos no item 4.5.3; entende que não pode ser com portas fechadas. Diretora Ana Paula Silva salientou que a prioridade é o uso da ventilação cruzada natural. Conselheiro Jeferson Wolff propôs que, a partir de determinada temperatura, os aparelhos de ar condicionado possam ser usados em outras salas. Foi levada à votação e **aprovada a inclusão de “condicionadores de ar”** documento.

Uso de ventiladores e condicionadores de ar com as portas e janelas abertas

Sim: 41

Não: 4

Abstenções: 2

A seguir, foi levada à votação a proposta do Câmpus Passo Fundo para alteração da redação do item 4.5.2: na utilização de equipamentos ou salas que permitam a renovação do ar, desde que garantidos os cuidados na utilização de filtros adequados, bem como rigorosa rotina de manutenção; **aprovada**, como segue:

Proposta 1 – Comitê: 10

Proposta 2 – Passo Fundo: 25

Abstenções: 8

A seguir foi discutido o item 4.6. Câmpus Sapucaia do Sul propôs que na Fase 3 a unidade tenha autonomia para definir, junto com as entidades estudantis, a necessidade de medição de temperatura para os ingressantes na unidade. Diretora Ana Paula Silva lembrou não ser o procedimento mais eficaz, mas o Comitê optou por manter, uma vez que a pessoa, ao chegar na unidade, tem um ponto onde vai fazer uma série de procedimentos. Conselheiro Fábio Lemes considera importante a flexibilização, não realizando o procedimento em momentos de pico. Conselheiro Jeferson Wolff propôs substituir unidade por COE-E local. Conselheiro Marcos Betemps lembrou que há inúmeros acessos no câmpus e ônibus de linha circulam dentro da área do câmpus. Colocada em votação **a retirada** ou não do controle de temperatura, esta **foi aprovada**, como segue:

Retirar o controle de temperatura:

Sim: 27

Não: 18

Abstenções: 1

Para o item 4.7.1, o conselheiro Fábio Lemes propôs que o público interno seja dispensado de identificar os espaços aonde vai. A diretora Ana Paula Silva lembrou que os itens aprovados anteriormente demandam ajustes no restante do documento. A proposta 1 é manter a redação do Comitê. A **proposta 2** é a proposta pelo Câmpus Sapucaia do Sul, que **foi aprovada**. Todas as pessoas devem aguardar a autorização para a entrada, de modo que cada pessoa por vez possa realizar a higienização das mãos e ser devidamente identificada para o registro da entrada. Visitantes não discentes precisarão informar os locais que serão acessados.

Proposta 1: 7

Proposta 2: 34

Abstenções: 2

Sobre o uso do registro de ponto, em resposta ao conselheiro Jeferson Wolff, a diretora Ana Paula Silva esclareceu que não significa que o registro será efetivado. Presidente salientou que a parte de pessoal deve ser tratada de forma igual para todos os câmpus, porque a gestão de pessoas é centralizada; não há possibilidade de uns adotarem uma medida e outros não. Conselheira Gabriele Mandler lembrou não ser viável usar a coletora de ponto, pela questão da higienização. Conselheiro Fábio Lemes destacou que a redação do item 4.7.7 é específica para eventos, não trata sobre aulas de educação física. Diretora Ana Paula Silva explicou que o texto se refere tanto a atividades acadêmicas como a outras, incluindo educação física. Esportes coletivos e de contato estariam vetados por não possibilitarem uso de máscara. Conselheiro Marcos Betemps falou sobre possibilidade de, na Fase 3, realizar formaturas ao ar livre. Representante do Câmpus Bagé, Alissandra Hampel entende que na Fase 3 não deveria haver motivo para suspender atividades coletivas nas aulas de educação física, pois fora da instituição a vida segue normal. Dr. Cyro Castro Jr, sobre educação física, salientou que há os que se cuidam e os negacionistas, por isso o meio temo é o ideal; a instituição precisa proteger os que querem se cuidar. Quanto maior o número de eventos que envolvam redução do distanciamento, bola, troca de contato entre pessoas, mais chances de eventos negativos haverá nos câmpus. Sobre formaturas ao ar livre, é possível estudar a possibilidade, desde que normatizando. Conselheiro Marcos Betemps lembrou que essa discussão implica separação das Fases 1, 2 e 3. Conselheiro Jeferson Wolff leu texto de grupo de professores de educação física solicitando reunião com Pró-reitor de Ensino e representantes da comissão geral do Plano de Contingência para tratar de questões relacionadas à Fase 3 e questões específicas da educação física no IFSul. Colocada em votação a proposta de **separar as Fases 1 e 2 da Fase 3**, foi **aprovada**, como segue:

Sim: 23

Não: 10

Abstenções: 6

Conselheiro Antônio Silveira Jr. destacou o cuidado para não descaracterizar a política de fases. Conselheira Gabriele Mandler considera que parecer sobre atividades de educação física não deve ser competência da COE-E local e sim do Comitê. Diretora Ana Paula Silva destacou que, independentemente do tipo de atividade ou evento, o posicionamento é o mesmo, no sentido do porquê estar suspenso. Presidente propôs manter a redação original; o grupo de professores de educação procuraria o comitê e, na próxima reunião ordinária, seria novamente discutido. Foi levada à votação a proposta do conselheiro Marcos Betemps, com a seguinte redação: Fase 3 **Ficam**

permitidas: Formaturas ao ar livre com protocolo elaborado pela COE-E local e aprovado pelo Comitê de avaliação. A proposta foi **aprovada**.

Incluir possibilidade de formatura ao ar livre

Sim: 33

Não: 10

Abstenções: 3

Conselheiro Marcos Betemps manifestou-se sobre o item 4.2.7.1, sugerindo que seja liberado mais de um banheiro e de um WC na Fase 3, desde que aumentando também a higienização. Foram levadas à votação as duas propostas. A proposta 1, manter a redação original. Proposta 2, nova redação: A unidade poderá aumentar o número de banheiros e WC disponíveis, desde que a higienização desses espaços seja intensificada e respeitado o limite de ocupação. É obrigatório, no interior de cada banheiro, ter orientações relacionadas à higiene das mãos. **A proposta 2 foi aprovada**, como segue:

Redação dos banheiros

Proposta 1: manter redação original: 5

Proposta 2: incluir nova redação: 38

Abstenções: 1

Conselheiro Júlio Korzekwa propôs remover a especificação da máscara e colocar possibilidade para óculos de proteção ou face shield, pela dificuldade na entrega desses materiais e por não haver licitação. Diretora Ana Paula Silva salientou que é apenas uma referência, uma orientação, não obrigatoriedade. O conselheiro também propôs a remoção dos anexos F e G, mantendo apenas a exposição de protocolos nos veículos, pois o diário de bordo já identifica os passageiros. Colocada em votação a proposta de **retirada do Anexo F**, foi **aprovada**, como segue:

Retirar Anexo F

Sim: 26

Não: 7

Abstenções: 6

A seguir, foi colocada em votação a proposta de **retirada do Anexo G**, **aprovada**, como segue:

Retirar Anexo G:

Sim: 26

Não: 9

Abstenções: 5

Conselheira Janaina Corneli justificou abstenções das últimas votações por instabilidade da internet. Não havendo mais destaques o **Plano de Contingência do IFSul** foi levado à votação e **aprovado**, como segue:

Aprovação do Plano de Contingência

Sim: 40

Não: 0

Abstenções: 0

O conselheiro Marcus Ribeiro falou sobre a **retirada da obrigatoriedade do cumprimento de carga horária mínima presencial**. Relatou que a estrutura física do câmpus é deficitária, criando dificuldades para a ocupação dos servidores. O pedido é que, na Fase 3, os docentes sejam dispensados de cumprir as 24 horas no câmpus, comparecendo apenas no horário de suas aulas, de orientação de estudantes ou de projetos. Presidente vê a situação com tranquilidade, uma vez que não houve aprovação

de retorno integral das atividades; pensando nas questões pontuais é que se deixou para que cada câmpus pudesse ter a sua proposta de retorno gradual, o importante é que conste na proposta do planejamento do retorno gradual do câmpus. Continuando a pauta, a diretora Ana Paula Silva explicou que o Comitê Diretor de Gestão Ambiental do IFSul trabalhou numa proposta de reformulação do **Regulamento do NUGAI**, uma vez que o vigente é de 2012 e não atende as necessidades do grupo. A proposta foi trabalhada junto aos câmpus, as sugestões sistematizadas. Colocado em votação, o documento foi **aprovado**, como segue:

Aprovação do Regulamento do NUGAI

Sim: 21

Não: 3

Abstenções: 3

Pró-reitor Vinicius Martins apresentou o **cronograma para discussão da Política de Inovação**. Explicou que a proposta é prevê tempo para que todos possam discutir e apresentar sugestões; presidente sugeriu que deixasse em aberto a data da reunião do Consup, deixando para definir a data no primeiro Consup ordinário de 2022, **aprovado**, sem necessidade de votação. Presidente desejou Feliz Natal, dias melhores para vencer a pandemia e voltar a uma vida mais tranquila. Nada mais havendo a tratar, eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada pelos conselheiros será publicizada.